



II SEMANA DE PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO, PESQUISA E ENSINO:
CONSTRUINDO E (RE)CONSTRUINDO SABERES



19 A 23 DE AGOSTO DE 2024



A BNCC E O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

JÉSSICA SANTOS DE AZEVEDO¹

MARILETE CALIGARI CARDOSO²

RESUMO

Na Educação infantil os eixos cuidar, educar e brincar são componentes pedagógicos indissociáveis. Assim, este trabalho trata-se de um estudo acerca do brincar na educação infantil em tempos da Base Nacional Comum Curricular- BNCC, que refletirá o papel das interações e da brincadeira no processo de aprendizagem da criança da Educação Infantil. No primeiro momento será discutido como foi instituído o brincar desde a implementação da BNCC e como este eixo está estruturado neste documento. Após, será destacado o brincar como direito de aprendizagem e de experiência da BNCC, apoiados em Vygotsky, (1994), Friedman, (1996), Kramer, (2002). Para alcançar o objetivo a pesquisa foi conduzida mediante a uma revisão bibliográfica, a partir de leituras de artigos científicos e BNCC (2018). Diante dos dados produzidos, percebeu-se que a BNCC reforça e valoriza o brincar na Educação Infantil como um elemento facilitador essencial da aprendizagem. Sendo assim, a BNCC é um documento que foi consequência de movimentos educacionais que visavam uma educação mais estruturada. Hoje, se consolida como normativo e reconhece as habilidades e competências que as crianças devem desenvolver nessa etapa fundamental da Educação, por isso a relevância do brincar neste documento.

Palavras-chave: BNCC. Brincar. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, é um documento de estrutura normativa, no qual são estipuladas as aprendizagens essenciais e as competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos no decorrer da trajetória escolar na Educação Básica. Entretanto, mesmo não sendo um currículo, a BNCC tem repercussão direta na formação inicial e continuada de professores, nos materiais didáticos, apoio pedagógico, avaliação e também orienta na elaboração dos currículos para educação básica, assim sendo um balizador da Educação Pública.

¹ Graduanda no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Jequié. E-mail: 201920735@uesb.edu.br .

² Doutora em Educação. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e Letras – DCHL. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGed/UESB). Coordenadora do GEPELINF - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Ludicidade e Infância.

Na Educação Infantil a BNCC tem origem fundamentada em uma história de lutas que visava a melhoria na educação para as crianças do Brasil. Iniciamos este percurso histórico a partir de 1980 que foi um ano em que a creche tinha um caráter assistencialista, e não era visto como um espaço de direito da criança, e sim, como um ambiente informal que acolhia as crianças para as mães trabalharem. Em 1988, é promulgada a Constituição Federal, e em seu artigo 210 é prevista a criação de uma Base Nacional Comum. Através da Carta Magna o atendimento em creche e pré-escola (zero a seis anos de idade) passa a ser dever do Estado. Em seguida, no ano de 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Nessa etapa, a Educação Infantil passa a fazer parte da Educação Básica, estando nas letras da lei ao lado do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Assim, é reforçada a necessidade de uma Base Nacional Comum que direcione as especificidades do trabalho na Educação Infantil. De 1997 a 2000 surgem os parâmetros curriculares conhecidos como PCNs, mas não tinham poder de lei. Seguidamente, em 2006, a LDB realiza uma grande mudança em seu texto, ampliando os anos da escolaridade Básica: a Educação Infantil sendo responsável pelas crianças de zero a 5 anos e 11 meses, e as crianças de 6 anos passam a pertencer ao Ensino Fundamental, e ser obrigatório.

No ano de 2009, a partir de uma Ementa Constitucional nº 59/2009 definiu que a Educação Infantil passa ser uma etapa obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos nos sistemas de ensino em todo Brasil. Ainda no mesmo ano, o Ministério da Educação emite um Parecer nº 20 de 17 de dezembro de 2009 instituindo Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI, que passou a ser um documento característica mandatário que definiu o que era Currículo, instituições de Educação Infantil. Em seu artigo 4º define criança, como: “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. (Brasil, 2009, p. 2). Apoiado nessa concepção foi preservada uma definição para criança que foi mantida em todas as próximas decisões que se firmaram em relação a Educação Infantil e a criação de um documento de Base Curricular Nacional. Sendo assim, em 2017, o Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer CNE/CP nº 15/17 que define a Base Nacional Comum Curricular, um documento que dá suporte para as novas organizações curriculares em todo o Brasil.

Atualmente, a Base possui quatro fundamentos pedagógicos para a Educação Infantil: A intrínseca relação entre educar e cuidar; A centralidade da experiência da criança; O papel da avaliação; e a que nós abordaremos nesse artigo: a crença no papel das interações e da

brincadeira. Esse trabalho tem o respaldo teórico de Vygotsky, (1994), Friedman, (1996), Kramer, (2002) e BNCC, (2018).

O BRINCAR NA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil está organizada com seis direitos de aprendizagens que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, sobre o brincar a BNCC aborda que:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (Brasil, 2018, p.38).

Assim, fica entendível que a BNCC reconhece e induz a importância do brincar como um componente integral da Educação Infantil. O documento destaca que as crianças, ao brincarem, desenvolvem competências e habilidades que vão além do aspecto lúdico, abrangendo áreas cognitivas, emocionais, sociais e motoras. Segundo Vygotsky, (1994), a criança aprende a partir da socialização a partir da brincadeira. Através da brincadeira a criança integra seus conhecimentos trazidos de casa, potencializa a linguagem verbal e corporal, aprende regras sociais, como pontua Friedmann (1996). Mediante o exemplo a seguir: (EI02EO06: Educação Infantil; faixa etária de 2 anos; campo de experiência “O eu, o outro e o nós; habilidade seis para essa idade “Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.) O código da BNCC requer que a criança de 2 anos aprenda a respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras. Uma das possíveis sugestões seria a brincadeira “Meu mestre mandou”, pois serão realizados comandos simples para as crianças seguirem. Mediante a brincadeira seria trabalhado a expressão criativa, o desenvolvimento social possibilitando a criança se auto observar e perceber as pessoas ao seu redor, também possibilita o desenvolvimento emocional das crianças com a construção dos vínculos, e pode ser utilizado como um instrumento pedagógico importantíssimo, afinal, a brincadeira é um facilitador da aprendizagem. Nessa perspectiva, Vygotsky (1994), aponta que a aprendizagem e desenvolvimento caminham juntos, um tendo impacto sobre o outro a partir do meio social tendo experiências com outras crianças.

Agregado aos direitos de aprendizagem existem também os cinco campos de experiência: 1) O eu, o outro e o nós; 2) Corpo, gestos e movimentos; 3) Traços, sons, cores e

formas; 4) Escuta, fala, pensamentos e imaginação; 5) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

O campo de experiência não se resume a uma metodologia; trata-se, de um conceito para articular os conteúdos em uma proposta curricular que leva em conta a centralidade da criança e a sua experiência:

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2018, p. 44).

Essa proposta curricular permite o protagonismo da criança na construção do conhecimento ao orientar experimentações e experiências, habilidades e competências, e não conteúdos e informações. A BNCC determina que as interações e brincadeiras sejam eixos das propostas curriculares. Isso significa afirmar que todas as propostas pedagógicas precisam constituir um olhar especial para essas duas formas, evitando, assim, que se pense em currículos exclusivamente centrados em conteúdos, como imitações de aulas para crianças. Em virtude da BNCC e seu caráter normativo na área da Educação Infantil há um consenso em relação ao papel da interação nas aprendizagens das crianças. Entende-se que elas não aprendem somente com o professor, mas também na observação e na ação conjunta com seus pares, que seu aprendizado é firmado na prática, socialização, brincadeiras as quais oportunizam práticas sociais.

Por essa razão, a BNCC tem seu objetivo no desenvolvimento de competências e determina a Educação integral (completa) para as crianças, assumindo uma demanda Biopsicossocial, que é uma abordagem multidisciplinar que compreende a criança na sua extensão biológica, psicológica e social. Reconhecendo seus aprendizados de mundo, atuando de forma interdisciplinar e significativa. Portanto, conforme Vygotsky, (1994, p. 37) O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos. Acrescentando nessa perspectiva o estudo de Kramer (2002), que a criança é um ser social, pois tem cultura e cria sua própria cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento importante para a garantia da qualidade na Educação Infantil. Ela veio para descrever os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem que devem nortear a prática do professor em creches e pré-escolas, respeitando as especificidades de cada faixa etária. A BNCC não é um currículo pronto com metodologias e afins, porém, é um respaldo teórico importante que deve servir como base para a formulação dos diversos currículos educacionais no Brasil. Valorizando suas tradições, seus contextos sociais únicos. A BNCC reconhece a importância das brincadeiras no processo formativo da criança, induz o objetivo de haver uma intencionalidade e afirma a centralidade educacional seja feita para e com a criança na formulação das propostas pedagógicas. Existe um tripé que sustenta a Educação Infantil, nele há o brincar, o cuidar e o educar todos devem ser desenvolvidos simultaneamente, pois segundo a própria BNCC é indissociável qualquer um desses aspectos do processo educativo. O colo tem seu papel significativo na relação educador - criança, como a brincadeira tem seu mérito na aprendizagem. É necessário abandonar a ideia de uma cultura de disciplina que valoriza crianças silenciosas e quietas.

Portanto, esta pesquisa bibliográfica permitiu uma compreensão aprofundada sobre a Base Nacional Comum Curricular na educação infantil, através das leituras realizadas no próprio documento e livros, artigos e pesquisas científicas da área reconhecemos seu conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas nessa etapa, e principalmente as habilidades “brincantes” que são recomendadas para conquistar as competências. A criança aprende a partir do brincar, com a interação com o outro, se auto conhecendo, e percebendo o mundo a sua volta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. 2018.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 de Julho de 2024.

BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 31 de Julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 1v. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 31 de Julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica . **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de Dezembro de 2009b, Seção 1, P. 18.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.274 de 6/02/2006c – Dispõe sobre a duração mínima de nove anos para o Ensino Fundamental com matrícula obrigatória a partir dos seis anos**. Disponível: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 31 de Julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, 2006b.

BRASIL. Congresso Nacional. **Processos legislativos da Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Disponível: <www.senado.gov.br e www.camara.gov.br> Acesso em: 31 de Julho de 2024.

FRIEDMANN, A. **Brincar: crescer e aprender- o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

KRAMER, S. (coord.). **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a Educação Infantil**. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.